

carta de adjudicação registrada. De 101, temos 26. Há uma porção de outros em que só fizemos o depósito preliminar, está em discussão na Justiça. É claro que isso não atrapalha a implantação, mas gera um passivo que vai onerar nosso orçamento. Na hora em que o juiz determinar o fim do processo, vai ter que pagar essa desapropriação. Nas áreas que estamos colocando, essas contas não têm área. Se eu colocar na conta a área, vai para R\$224 mil cada unidade habitacional. Se eu colocar na conta. E, se eu tenho que atender, e vamos atender, um, dois, três, quatro, cinco, sete, até dez, e aí já entrando na modelagem financeira, uma família que ganha um salário mínimo, R\$937, quando ela entra no agente financeiro, e a primeira entrada vai ser essa mesmo: “Quanto o senhor consegue tomar de financiamento? – Eu consigo, nas regras atuais, consigo tirar R\$42 mil. – Quanto o senhor avança mais de financiamento?”. Se for Faixa 1,5, por exemplo, na categoria, no fundo de garantia: “Ah, mais R\$99 mil, mais R\$29 mil”. Então, estou lá com em torno de R\$70 mil que avanquei de financiamento. Se eu não fosse fazer dessa maneira, nem essa unidade eu teria, porque eu não tenho R\$150 mil ou R\$224 mil para colocar. Então, eu capturo, no caso da família, de 1, 2, 3, os R\$70 mil, R\$60 mil, que seja, vai depender da conta, do enquadramento no sistema, se é a tabela Price, se é Sac. Tudo bem, R\$60 mil; a diferença, vamos colocar em vinte anos. Então, a concessionária não leva nenhum terreno. A concessionária recebe um terreno para fazer uma incorporação em cima. Terreno não vai para ela. Até porque, se for para ela, ela tem problemas tributários, e a nossa conta ficaria muito maior. Os equipamentos públicos, na hora que termina, que é conseguido o Habite-se, já se transferem imediatamente para o Poder Público de volta, para o poder concedente. Evidentemente, nem se poderia fazer em um plano estratégico nosso, no Plano Diretor, hoje, empreendimento que não tivesse comércio, serviço. Toda aquela lógica, aquilo não se pode mais fazer, ainda mais nessas áreas mais próximas dos eixos de transporte e tal, fazer sem que isso seja contemplado. Então, os modelos arquitetônicos estão preservados, inclusive, estamos adotando um modelo que é da Água Branca, que é um modelo que temos muito mais força, porque veio de um concurso público, atende aos requisitos do Plano Diretor, está dentro da configuração que se quer colocar na PPP. Então, estamos obedecendo aquilo ali. Garantias. Esse é um tema complicado. Garantia na PPP é sempre subsidiária. O que garante o pagamento da contraprestação é o orçamento; parte será da habitação e parte não será da habitação. Isso aí tudo, na hora de fazermos a estruturação final, quando sair o edital final da licitação (porque vamos ter uma consulta pública, receber contribuições) um capítulo de garantia, de reequilíbrio econômico financeiro, de tratamento ambiental, vai estar tudo no contrato. Vamos ter oportunidade de discutir bastante isso antes de ir para a rua. Mas as garantias, o pagamento prioritário é o orçamento. De onde? Onde estiverem os equipamentos. Vamos buscar essa discussão dentro da Secretaria de Fazenda do Município. Sobre a questão do Rosalvo. Se o senhor vir lá, Rosalvo, áreas municipais, estaduais, federais e privadas. Então, é claro que o Estado está conosco nisso. Algumas delas, o Estado já veio nos procurar para ofertar. Áreas que são ocupadas, hoje, historicamente, que eles pedem ajuda porque já reintegrações. E alguém aqui falou de reintegração, que já foi suspensa, a nosso pedido, com a nossa conversa de que: “Olha, temos uma ação entabulada lá, junto com o Estado. Então, o Estado estará em conjunto”. Assim como continuamos junto com eles na área central. **Sr. Gilmar** – Os senhores e senhoras veem que não vamos terminar esse debate hoje e nem na próxima reunião. Temos um e-mail, se puderem anotar, para contribuir com a discussão: falecomsecretario@prefeitura.sp.gov.br. E também o e-mail da SEHAB. Agradeço a presença de todos os conselheiros e conselheiras, à equipe técnica de SEHAB também, a todos que vieram aqui. Vamos continuar com o debate porque São Paulo merece esse debate e, com certeza, juntos vamos mais longe. (Encerra-se a reunião)

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SECMH

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO 6º GESTÃO

Data da Reunião: 26 de outubro de 2017

Local: Rua Líbero Badaró nº 504 – 18º andar – Auditório da Sala 182 – Centro – SP

Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano 2017, às 14h, nas dependências do Edifício Martinelli, 18º andar, auditório da sala 182, Rua Líbero Badaró, 504, Centro, em São Paulo, reuniram-se, para a 8ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação – 6º Gestão 2016/2018, conforme lista de presença, os (as) **Conselheiros (as) do Poder Público**: Fernando Chucre (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Gilmar Souza Santos (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Cristiane Dutra Nascimento (Conselheira Poder Público/SEHAB); Ricardo Rodrigues (Conselheiro Poder Público/SEHAB); José Toledo Marques Neto (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Juliana Jacometto Marchi (Conselheira Poder Público/COHAB); Ricardo Luis Mellão (Conselheiro Poder Público/Sec. Municipal de Gestão); Rosa Maria Miraldo (Conselheira Poder Público/SP Urbanismo); Lillian Cristina de Moraes Calcagno (Cons. Poder Público/Sec. Mun. de Serv. e Obras); Elza Maria Lessa de Macedo (Conselheira Poder Público/SF) e Mônica Therezinha Barthié Rossi (Conselheira Poder Público/CDHU). **Conselheiros (as) dos Movimentos Populares**: Mariza Dutra Alves (Cons. Mov. Pop./Mov. Dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1); Antônia L. do Nascimento (Cons. Mov. Pop./Assoc. dos Mor. do Conj. Hab. 26 de Julho); Mônica Fátima Ziliani (Cons. Mov. Pop./Assoc. Trab. Sem Teto da Zona Oeste); Ivanilda Rodrigues de Sousa (Cons. Mov. Pop./Assoc. Amigos do Jd. Ipanema); Maria Barbosa Rastelle (Cons. Mov. Populares/Assoc. Mov. Moradia Região Sudeste); Edinalva S. Franco (Cons. Mov. Populares/Assoc. Mov. Mor. em Def. dos Dir. Sociais); Uranide Sacramento Cruz (Cons. Mov. Pop./Assoc. Moradia do Parque Otero); Manoel dos S. Almeida (Cons. Mov. Populares/Mov. Def. do Favelado Episcopal Belém); Edenilda das Neves Carneiro Sousa (Conselheira Mov. Populares/MDM); João B. da Costa (Cons. Mov. Pop./Assoc. Def. e Orientação Cons. Contribuinte de SP); Rogeivaldo Rafael Cesário (Cons. Mov. Pop./Fórum de Cortiços e Sem Tetos de SP); Ana Maria Carneiro Procópio (Cons. Movimentos Populares/MAC) e Antônio Santiago Quintana (Cons. Movimentos Populares/MAC). **Conselheiros (as) da Sociedade Civil**: Marco Antônio Florenzano (Conselheiro Soc. Civil/APEMEC); Eliete Calisto da Cruz (Cons. Soc. Civil/APOIO); Paula Fernanda Faria Rodrigues (Conselheira Soc. Civil/CUT-SP); Cristina Boggi da Silva (Cons. Soc. Civil/Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos); Cibeli Gama Monteverde (Cons. Soc. Civil/CREA-SP); Rafael Borges Pereira (Cons. Soc. Civil/PEABIRU); Fabiana Alves Rodrigues (Cons. Soc. Civil/PUC-SP); Carolina Rafaela Ferreira (Cons. Soc. Civil/SECOVI-SP); Ana Teresa Siqueira de Carvalho (Cons. Soc. Civil/SASP) e Paula Carvalho Paschoal Raulino (Cons. Soc. Civil/USINA). **Ausentes os (as) Conselheiros (as)**: José Amaral Wagner Neto (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Marlene F. da Silva Miamoto (Cons. Poder Público/Sec. Mun. Urb. e Licenciamento); Regina Helena Nader (Cons. Poder Público/Sec. Mun. Urbanismo e Licencia-

mento); Alessandro Peixe Campos (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Camilla Martins F. de Oliveira (Cons. Poder Público/Sec. Municipal de Gestão); Vladimir Ávila (Conselheira Poder Público/SP Urbanismo); Ilzângela Keila de Almeida Rex (Cons. Poder Público/Sec. Mun. de Serv. e Obras); Sebastião Marques Barbosa Júnior (Cons. Poder Público/Sec. Municipal da Fazenda); Cristiane Genofre Zabatiere (Cons. Poder Público/Sec. Mun. Trab. e Empr.); Carlos M. Kiyomoto (Cons. Poder Público/Sec. Mun. de Trab. e Empreendedorismo); Luís Octavio da Silva (Conselheiro Poder Público/PROCENTRO); Roberto Lucca Molin (Conselheiro Poder Público/Sec. de Habitação de SP); Nelson Luiz Baeta Neves Filho (Conselheira Poder Público/Sec. de Habitação de SP); Fernando Azevalillo Llata (Cons. Poder Público/CDHU); Lúcia Helena Silva (Cons. Poder Público/CEF); Fernando Augusto Marques Cera (Conselheiro Poder Público/CEF); Everaldo Manoel de Aguiar (Cons. Mov. Pop./Movimento Dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1); Simone de Sousa Dias (Cons. Mov. Pop./Assoc. dos Mor. do Conj. Hab. 26 de julho); José de Jesus F. Da Silva (Cons. Mov. Pop./Assoc. dos Trabalhadores Sem Teto Zona Oeste); Geni da Fonseca Monteiro (Cons. Mov. Populares/Assoc. Amigos do Jd. Ipanema); Maria dos Santos Almeida (Cons. Mov. Populares/Assoc. Movimento Moradia Região Sudeste); Ana Paula da Silva (Cons. Mov. Populares/Assoc. Trabalhadores Sem Teto Zona Noroeste); Adriana de Freitas Siqueira (Cons. Mov. Pop./Assoc. Trabalhadores Sem Teto Zona Noroeste); Péricles de O. Santos (Cons. Mov. Pop./Assoc. Movimento Moradia em Defesa dos Direitos Sociais); Nestor Quintos de Oliveira (Cons. Mov. Pop./Assoc. de Moradia do Parque Otero); Jenilda Silva Araújo (Cons. Mov. Pop./Movimento de Defesa do Favelado Região Episcopal Belém); Maria do Amparo Oliveira (Conselheira Mov. Pop. / Movimento pelo Direito a Moradia - MDM); Adriana da S. Oliveira (Cons. Mov. Pop./Associação de Defesa e Orientação ao Consumidor Contribuinte de São Paulo); Marisete Aparecida de Souza (Cons. Mov. Populares/Fórum dos Mutirões de SP); Jéssica Freire Leite da Silva (Cons. Mov. Pop./Fórum dos Mutirões de SP); Verônica Kroll (Cons. Mov. Pop./Fórum de Cortiços e Sem Tetos de São Paulo); Rosalvo Salgueiro (Cons. Mov. Pop./Movimento Terra de Deus Terra de Todos); Vicente Leme Filho (Cons. Mov. Pop./Movimento Terra de Deus Terra de Todos); Ana Luiza Patriota A. Costa (Conselheira Soc. Civil/APEMEC); Carmen da Silva Ferreira (Conselheira Soc. Civil/APOIO); Paulo Emílio Buarque Ferreira (Cons. Soc. Civil/CTB-SP); Carina Mie Saito (Cons. Soc. Civil/CTB-SP); Laisa Eleonora Marostica Stohrer (Cons. Soc. Civil/CUT-SP); Juliana Lemes Avanci (Cons. Soc. Civil/Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos); Reinaldo Martins Ruiz (Conselheiro Soc. Civil/CREA-SP); Caio Santo Amore de Carvalho (Cons. Sociedade Civil/FAU-SP); Luciana de Oliveira Royer (Cons. Soc. Civil/FAU-SP); Marcelo Manhães de Almeida (Conselheiro Soc. Civil/OAB-SP); Adelcke Rossetto Netto (Cons. Soc. Civil/PEABIRU); Celeste Maria Gama Melão (Cons. Soc. Civil/PUC-SP); Wellington Augusto Machado Sendas (Cons. Soc. Civil/SCIESP); Thabata Kaoru Yamauchi (Cons. Soc. Civil/SCIESP); Maurílio Ribeiro Chiaretti (Cons. Soc. Civil/SASP); Ronaldo Cury de Capua (Cons. Soc. Civil/SINDUSCON-SP); Maristela Alves Lima Honda (Cons. Soc. Civil/SINDUSCON-SP) e Isadora Guerreiro (Cons. Soc. Civil/USINA). **Justificaram a ausência os (as) senhores (as)**: Alex Alves Lourenço (Cons. Movimentos Populares/IPAC); Edson Aparecido dos Santos (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Maria Isabel Rodrigues Paulino (Conselheira Poder Público/PROCENTRO); Nelson de Oliveira Candelária (Conselheiro Soc. Civil/OAB-SP); Márcio Jeda Ché-de (Cons. Soc. Civil/SECOVI-SP), e Silvana de Jesus Alves (Cons. Movimentos Populares/IPAC). **Presentes os (as) convidados (as)**: Ana Maria Maluf Moussalli (SECMH/SEHAB); Antônio Marsura (SEHAB-G); Analice Ito do Nascimento (SEHAB-G); Patrícia Gelmetti (SEHAB-Imprensa), Fernando Figueiredo (COHAB-SP) e Olga Luísa de Quiroga (UMM – GARMIC). Outras três pessoas assinaram a lista de presença. **Pauta da Reunião**: 1) Aprovação da Ata da 7ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação-6º Gestão realizada em 24/8/2017 (cópia em anexo). 2) Critérios para atendimento da população com deficiência, idosa, ou em situação de vulnerabilidade, aprovados no âmbito do Conselho Municipal de Habitação e os existentes em programas específicos vigentes, com diagnóstico nos empreendimentos habitacionais da SEHAB e COHAB-SP. Conselheira Cristiane Dutra Nascimento. 3) Solicitação de Voto CMH nº12/2017 - Aprovação de autorização de prorrogação do prazo das concessões feitas através de Carta de Anuência e Escritura Pública com o “encargo de fazer” pelo período de vinte e quatro meses, de maneira a dar condições às Entidades que participaram dos CHAMAMENTOS PÚBLICOS EM ÁREAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, realizados pela COHAB-SP em 2015 e 2016 e a ser em viabilizados com recursos do Programa Minha Casa Minha Vida/ Entidades ou outro que vier a sucedê-lo. - Conselheira Eliete Calisto da Cruz. Deliberação: Matéria retirada da pauta dessa reunião para conclusão de análise pela COHAB-SP. 4) Solicitação de Voto CMH nº13/2017 - Criação de Grupo de Trabalho para acompanhar o conflito em relação ao imóvel São João ,588- Conselheiras Antônia Lindinalva Ferreira do Nascimento e Eliete Calisto da Cruz. Deliberação: Matéria retirada da pauta dessa reunião para conclusão de análise pela COHAB-SP. 5) Indicação de Representantes do Poder Público, Sociedade Civil e Movimentos Populares para integrar a Comissão Eleitoral CMH da 7ª Gestão. O **Sr. Gilmar** dá início aos trabalhos; é aprovado o **Item 1** da pauta e passa-se ao **Item 2. Sra. Cristiane** - Esse item entrou na pauta a partir de demanda do Conselheiro Rosalvo, representante dos movimentos de moradia, na reunião ordinária passada, em que ele trouxe o tema para debate neste coletivo, mas não tínhamos, naquele momento, um esclarecimento dos critérios que estão vigentes hoje na legislação. Como aquele debate começou a se prolongar sem uma diretriz mais delimitada, foi deliberado que na reunião de hoje apresentásemos de forma indicativa quais são os critérios vigentes na legislação, tanto federal, quanto estadual e municipal, e como a produção habitacional da SEHAB e COHAB tem se enquadrado nesses critérios. É mais uma apresentação de caráter informativo para todos, para que esse material fique para o acervo do Conselho. Peço de antemão desculpas por não ter finalizado a apresentação a tempo para que fossem enviados os arquivos aos senhores. Mas vamos apresentar aqui e, como é de procedimento da Secretaria Executiva, vamos disponibilizar todo o material na página do Conselho Municipal de Habitação, para eventuais consultas posteriores. Esse material foi elaborado em conjunto pelo Departamento de Planejamento Habitacional com a Coordenadoria de Trabalho Social e o Departamento de Planejamento do Trabalho Social. Aqui falamos um pouco da legislação federal que dita as regras de atendimento habitacional aos idosos e pessoas com deficiência, iniciando pelo estatuto da pessoa com deficiência, que estabelece que em todos os programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos, a pessoa com deficiência deveria ter a prerrogativa de reserva de, no mínimo, 3% das unidades produzidas destinadas a esse público. Também na sequência colocamos o Estatuto do Idoso, que versa no mesmo sentido, que estabelece que o percentual de 3% é das unidades residenciais para atendimento aos idosos. Na legisla-

ção municipal, o Plano Diretor Estratégico de 2014 traz na seção que trata da política de habitação social que o município deve adotar quota de unidades habitacionais destinadas exclusivamente ao atendimento da população de idosos e pessoas com deficiência também. Essa não foi uma novidade na legislação municipal. O Plano Diretor de 2002 também já trazia essa mesma redação, além das outras normativas dos programas que vemos na sequência. Tanto que aqui a portaria da Secretaria de Habitação, Portaria nº 331/2008, estabeleceu essa quota também a que se refere o Plano Diretor, mantendo 3% das unidades para idosos, 3% com deficiências, adaptados de acordo com a legislação vigente. Estou dando foco mais à questão da pessoa com deficiência e idosos porque essa era a demanda do conselheiro quando trazida à reunião passada, embora tenhamos ali, a Ana acompanhando na tela, a questão de vulnerabilidade e de outros critérios de priorização. Quando partimos para a definição de critérios dos programas habitacionais já mais delimitados, temos no município o Programa de Locação Social que, seguindo a Resolução nº 23/2002 deste Conselho, que se transformou depois em instrução normativa da Secretaria de Habitação, que instituiu o Programa de Locação Social, este Conselho à época também deliberou que a demanda do Conselho seria selecionada de acordo com os critérios ali votados, que era atendimento prioritário para pessoas acima de sessenta anos e pessoas portadoras de necessidades especiais, termo utilizado à época, além da questão de pessoas em situação de rua, de todos os outros critérios que este Conselho já conhece bem. Aqui apresentamos um pouco o diagnóstico dentro do Programa de Locação Social, essa prioridade, como que resultou em relação ao número de unidades. Então, pegamos todos os empreendimentos de Locação que temos ativos no município, começando pelo Parque do Gato, que mostra que quase 12% já têm atendimento de idosos. No Olarias, esse percentual para idosos é de 23%. Na Vila dos Idosos, está em 98,2%, devido a uma questão específica de uma das unidades que está, pela linha sucessória, a discussão, porque esse foi um empreendimento, até como o nome diz, formatado para atendimento exclusivo de idosos. Senador Feijó, 27,5%. Na sequência, Asdrúbal do Nascimento, 39%. E o Palacete dos Artistas, 95,6%. Esses são os empreendimentos que temos a idosos. E só fazemos a ressalva que, das 903 unidades que atendem ao Programa de Locação Social, esses dois empreendimentos foram feitos e destinados exclusivamente a essa população idosa, mostrando a aplicação da prioridade determinada por este Conselho. Quando falamos da produção de unidades habitacionais, também listamos aqui para que todos possam consultar, havendo interesse, o normativo federal, estadual e municipal vigente para produção de moradias. Hoje as principais regras aplicáveis ao município, vendo os programas federais, no âmbito do Minha Casa Minha Vida e do PAC, complementadas com os parâmetros de seleção de demanda do Governo do Estado, que também priorizaram o atendimento a pessoas com deficiência, e as regras estipuladas em âmbito do município. Com destaque aqui da Resolução nº 23 do CMH, que foi para Locação Social, e a Resolução nº 74/2015 do CMH, que também fixou os critérios municipais para priorização de demanda no Programa Minha Casa Minha Vida. Pegando a partir do regramento federal, temos a Portaria nº 412, que fala dos empreendimentos habitacionais com reserva de 3% para idosos e 3% para pessoas com deficiência. Então, não é um ou outro; são 3% para cada um desses segmentos aí colocados. Também aqui se faz uma ressalva de que nos empreendimentos destinados à demanda fechada, que são aqueles empreendimentos produzidos com recursos públicos, mas que se destinam a atender a demanda de reassentamento, aquela população que por ventura a prefeitura precisa remover para realização das obras de urbanização, ou obras de interesse público, quando o número de famílias removidas não atende o percentual de incidência de idosos, de pessoas com deficiência, esse percentual pode ser reduzido na construção de novas unidades. No entanto, vamos apresentar aqui, para frente, que não é o que vem acontecendo. Temos sempre o atendimento mínimo desse número de unidades. O Governo Federal já trouxe também, nessa primeira coluna, os critérios nacionais para priorização de famílias na seleção quando da entrega de unidades, trazendo ali, no Item C, as famílias de que façam parte pessoas com deficiência, comprovando com a apresentação de laudo médico, e colocou a prerrogativa para o município aprovar os critérios municipais que podem e devem ser conjugados a esses três federais, para estabelecimento da prioridade de quem atendemos nas unidades de Minha Casa Minha Vida, de demanda aberta. E aqui, na segunda coluna, está importando o texto do decreto, que é baseado na Resolução nº 74/2015 deste Conselho. Nesse quadro, fizemos um resgate das unidades habitacionais entregues nos últimos quinze meses, pegando o segundo semestre de 2016 mais as entregas deste ano. Aqui constam tanto empreendimentos de demanda aberta quanto de demanda fechada, produzidos pelo município diretamente com recursos próprios, com recursos de operação urbana, recursos em parceria com o Governo do Estado e também com recursos do Governo Federal. Então, nesse período, entregamos 2.145 unidades, tendo a média de atendimentos aí de 8,9% destinadas exclusivamente a famílias com pessoas com deficiência, e 12,4% atendendo idosos. E aí, como a produção normatizada do Minha Casa Minha Vida, trouxemos todos os empreendimentos entregues em demanda aberta, desde a instituição do programa em 2009. Há três ou quatro aqui que constam S/I, sem informação, porque não conseguimos nesse tempo levantar o número exato da Caixa para fazer constar aqui, mas conseguimos fazer isso para posterior disponibilização no site do Conselho. Mas aqui é interessante mostrar que todos os empreendimentos têm a data de entrega, o número de unidades total e o número de idosos atendidos ou de deficientes, mostrando que o percentual mínimo que atendemos sempre foi o de 3%. Não houve atendimento inferior a isso nos empreendimentos, mas temos uma variação aí por vezes de 19% de unidades, como é o caso do Mongaguá, que atendeu 19% das unidades voltadas a deficientes; 14%, como no caso do Caçapava. Temos o próximo slide sempre mostrando que COHAB e SEHAB estão alinhadas com a política nacional garantindo mais atendimento do que o que está previsto na própria normatização do programa. A SEHAB e a COHAB estão sempre à disposição para qualquer esclarecimento que seja necessário. **Sr. Manoel** - Acho que antes de aprovarmos uma ata temos que ver se há pessoas contrárias. Tudo bem que foi feita a pergunta. Mas, na questão da ata aprovada hoje, da última reunião, não concordo com a aprovação porque na ata há dois itens que acho que deveriam ser colocados aqui. Na folha 6, Item 5, e na folha 6, Item 25, que fala que havia questões da última reunião que seriam colocadas para discutir na reunião de hoje. E na pauta não estão esses itens. Então, essa é uma reivindicação minha. A outra coisa que queria saber também é sobre quais foram os critérios que a comissão usou para colocar os pontos de pauta nessa pauta de hoje porque encaminhei, na data certa, dia 10, que era o último dia para entregar a pauta, e não foi acrescentada na pauta de hoje. **Sr. Gilmar** - Quanto à aprovação da ata, quan-

do eu fiz a pergunta, se todos concordavam como estava a ata, na verdade, não é usual se fazer isso em um Conselho. Geralmente, já é aprovada e o Sr. Manoel teria aquele momento antes da aprovação para poder fazer essa sua colocação. Não quer dizer que a pauta que o Sr. Manoel sugeriu, que não entrou na pauta da reunião de hoje, não entrará na outra. Na verdade, temos que receptionar todas as sugestões. Temos bastantes coisas represadas e vamos colocando. Na verdade hoje queremos dar uma atenção especial também para a Comissão Eleitoral da nossa eleição do próximo ano. E por isso vamos debater um pouco a respeito. Não que a sugestão do Sr. Manoel tenha sido indeferida, de forma alguma. **Sr. Manoel** - Então, aguardo que na próxima reunião entre. **Sra. Ana Maluf** - Os itens propostos pelo Sr. Manoel para inclusão de pontos de pauta (Ofício s/nº registrado no TID sob o protocolo 17103045) estão em análise na COHAB. Uma das solicitações é o item SITUAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DOS MUTIRÕES DO FMH E PERSPECTIVA DE REGULARIZAÇÃO. Isso foi receptionado por nós e já encaminhamos para a COHAB tomar as providências e fazer uma apresentação aqui na plenária, de como está a situação da regularização de cada mutirão. Toda vez que existe uma reunião de um conselho novo, de uma nova gestão, é pedido um ponto de pauta como esse a que o Sr. Manoel está se referindo. O segundo item solicitado pelo Sr. Manoel é: PROCESSO DE AQUISIÇÃO E TRANSFERÊNCIA DOS IMÓVEIS DOS EDITAIS Nº 1, Nº 3, DE 2015, E O EDITAL Nº 1, DE 2016, PARA AS RESPECTIVAS ENTIDADES VENCEDORAS, BEM COMO A SUBSTITUIÇÃO DE ÁREAS INVIÁVEIS. Esse item que é a questão dos editais de chamamento das entidades realizados pela COHAB-SP, e que foi um dos temas inicialmente colocado na pauta para esta reunião e foi depois retirado da pauta. O assunto entrou, havia sido pautado, mas não foi possível trazer para esta reunião. Está em análise na COHAB também. **Sr. Gilmar** – As duas sugestões do Conselheiro Manoel foram receptionadas pela Secretaria Executiva, mas encaminhamos para a COHAB, para que ela dê seu parecer quanto aos temas (matérias), porque nossa preocupação não é só trazer a pauta para cá, sem uma solução ou encaminhamento, ou algo plausível, mas que haja uma solução ou uma visão de futuro. Gostaria de deixar isso registrado, que não houve indeferimento algum. E, se alguma pauta dos senhores e senhoras ainda não foi analisada, foi porque foi encaminhada para o departamento em questão. **Sra. Antônia** - Um dos requisitos da pauta que foi retirado é sobre o conflito fundiário da Av. São João, 588. As famílias estão lá há sete anos. Desde o primeiro momento que se ocupou esse prédio, há negociações. Já estamos na terceira gestão. Passou pelo Kassab, Haddad, agora estamos com os senhores, nessa gestão agora, e o problema não se resolve. Mas não é falta de comprometimento da associação, das famílias. Também houve interesse das três gestões. Inclusive, nessa gestão, também há interesse. Mas, tudo que foi pedido para a associação foi feito, foi decretado o DIS, entrou no chamamento, a associação ganhou o chamamento, com 23 pontos, e, por mais que tenhamos feito todo processo jurídico, não conseguimos resolver a situação. Não estou dizendo que os senhores não recebam o grupo. Inclusive, o Sr. Gilmar foi um dos primeiros a nos receber. Lembro-me a data, dia 1º de janeiro. Depois disso, temos sentado várias vezes com o Secretário Fernando Chucre e também com o Presidente da COHAB. Então, o que quero passar aos senhores é que estamos lutando por esse imóvel há sete anos. O que estamos pedindo é que aconteça realmente a desapropriação desse imóvel até porque temos o DIS. E a gestão diz que não tem verba suficiente para adquirir esse imóvel. Então, colocamos em pauta para entrar no orçamento do FUNDURB. Final de contas, há uma porcentagem destinada a conflito fundiário. E esse item foi retirado da pauta. E isso me preocupa muito porque já estamos na 8ª reintegração de posse desse imóvel. E entendemos que será um conflito enorme, famílias que moram há sete anos, as crianças estudam na escola no entorno, são atendidas na saúde no entorno, têm toda uma vida construída no entorno. E, de repente, acontecer uma reintegração de posse, dando um prejuízo enorme para essas famílias! Se fosse a questão de que nada foi feito durante todo esse período, os senhores poderiam até dizer que não sabiam desse assunto. Mas não. Nas três gestões em que essa ocupação está lá, nas três gestões que já vão para sete anos, estamos aqui, na Casa, negociando, tentando. Já trouxemos o proprietário, representante do proprietário, mas há uma dificuldade de desapropriar esse prédio e há uma dificuldade de atender essas famílias dentro desse imóvel. Na verdade, a reivindicação das famílias é elas permanecerem nesse imóvel. E elas não querem nada de graça. Elas querem pagar pelo imóvel. Elas querem pagar sua conta de água, sua conta de luz. Querem ter o seu endereço fixo. Querem elas têm, todas têm um endereço fixo, Av. São João, 588. Mas elas querem a cidadania delas adquiridas, morar com dignidade. Elas estão morando com dignidade, transformaram aquele prédio para morar. Mas acho que o que o município tem que garantir é que elas morem com dignidade, tenham endereço, que paguem suas contas. Já tentamos por várias vezes regularizar a situação da água e da luz e não conseguimos. Não é culpa delas. Elas querem pagar também por isso. Elas querem pagar o empreendimento. Elas querem dizer que moram. Elas querem resgatar a cidadania delas que há muitos anos não têm, gente! Então, acho que foi um desrespeito às duas conselheiras que assinaram esse item e esse item ter sido tirado da pauta. E aí sempre procuramos não colocar certas situações aqui porque estamos sendo recebidos pelo secretário, pelo secretário adjunto, pelo presidente, mas, na verdade, acho que é preciso que as pessoas estejam cientes do que está acontecendo, para poder nos apoiar e nos ajudar nessa questão, que é muito séria. Não estamos falando de um ano, dois anos. Estamos falando de sete anos. Sete anos as pessoas morando no imóvel, uma vida construída. Lá nasceram mais de vinte crianças. Então, peço a colaboração de todos. Peço que o Secretário Fernando Chucre, peço que o Secretário Adjunto auxilie esse grupo, e que essa pauta retorne. É importante isso. É muito importante. E a outra questão, os senhores sabem que temos a carta de anuência dos terrenos que entram no chamamento. Porém, houve toda uma problematização aí de enquadramento e outros também que não foram selecionados. E é uma preocupação de todos os movimentos e não só do nosso ou das famílias que estão aqui pedindo que os senhores revejam as coisas. É uma preocupação de todos os movimentos, que, na verdade, prorrogamos o prazo dessa carta de anuência, que seria de dois anos, e prorrogar esse prazo, para que as famílias não percam o direito de morar, para que as famílias não percam a esperança de morar. Porque as famílias já sabem que estão em determinado projeto, em determinado lugar e que ali seria o local de moradia delas. Mas, se passar mais um ano e não fizermos nada e não houver uma prorrogação para isso, as famílias correm o risco de perder o seu sonho de moradia digna, que também foi tirada da pauta essa solicitação de voto. **Sra. Fabiana** - Conversei com alguns colegas e encaminhamos alguns votos, alguns esclarecimentos. No meu caso foi um pedido de esclarecimento mais para saber em que estágio estão os empreendimentos, o

que já aconteceu com os recursos, porque houve algumas alterações, mesmo o Complexo Heliópolis, que fomos esses dias e não estava e agora foi atendido e há uma previsão de orçamento para esse ano. Então, ocorreram alterações que não passaram pelo Conselho. E foi por isso que solicitei. No final da gestão passada, foi feita uma apresentação, os conselheiros lembram, que passou por todos os projetos, os programas, tudo que estava acontecendo até aquele momento. Então, por isso havia pedido um panorama do que está acontecendo e sobre a questão do orçamento para o ano seguinte. Além do voto específico, que não foi incluído na pauta, entendo que vão ser colocadas coisas futuras na pauta, mas, como o Sr. Manoel colocou, às vezes, colocamos na pauta anterior e diz que vai colocar na pauta seguinte, mas, por conta da correria ou por conta de algum outro motivo, acaba não sendo inserida. Acho que seria interessante que todos tenham conhecimento do que os próprios conselheiros estão solicitando. Porque, às vezes, uma solicitação de pauta de uma determinada pessoa é similar à do outro. Então, acho que para as próximas reuniões uma sugestão é que o que foi recepcionado pela secretaria e não foi incluído, por mais que eventualmente não possa ser dado um retorno de imediato àquela demanda, mas que seja efetivamente colocado como ponto de pauta. **Sr. Gilmar** - O correto é colocarmos nas reuniões todas as pautas que recebermos. Talvez não dê, Conselheira Fabiana, para trazeremos todos os esclarecimentos, porque para tudo que recebemos providenciamos material, fazemos reuniões prévias, para trazer o assunto aqui, o caso concreto, para mostrar aos senhores e às senhoras. Então, talvez seja o caso de mostrarmos todas as pautas pendentes, em todas as reuniões, para que já saibam, e aqui pautamos todas as prioridades no Conselho. Ou seja, os senhores já vêm para cá sabendo quais são. Se os senhores conselheiros concordarem, acho que é a maneira de colocarmos para as próximas reuniões todas as pautas pendentes e aqui definimos o que vamos deliberar no Conselho e assim não ficam pautas repetidas. Acho que é a melhor coisa. Pode ser assim? Então, é um encaminhamento, Ana. Que fique registrado isso em ata, por gentileza (Todos concordaram com a proposta do Sr. Gilmar) **Sr. Fernando Chucre** – Com relação ao empreendimento da São João, 588, todas as providências que tínhamos que tomar formais, em termos de desapropriação, de manutenção de interesse, a Sra. Antônia sabe, tem acompanhado, porque os senhores têm nos visitado aqui com bastante frequência, foram tomadas. Qual o último passo que falta agora? É a inclusão no orçamento, seja qual fonte, a senhora está citando os 30% de desapropriação do FUNDURB, mas em alguma das fontes de recurso que a secretaria tem, para que seja feita a desapropriação dessa área. Tínhamos pedido para tirar esse assunto dessa reunião e incluir novamente na próxima reunião por uma questão simples. Estamos fechando, aqui, no planejamento interno da SEHAB, quais as áreas prioritárias para o ano de 2018, seja para o FUNDURB, seja FMSAI. Há vários outros recursos que estamos utilizando e que distribuímos em diversas obras. O único pedido foi esse. Não foi para retirar de pauta e não voltar mais ao assunto. Então, foi: na próxima reunião, traremos esse assunto com uma posição definitiva já porque teremos a lista definitiva dos terrenos que serão submetidos ao Conselho com relação às decisões do que vamos ter dinheiro para tocar no ano que vem. O princípio aqui é, nas primeiras reuniões que tivemos aqui conversamos sobre isso, concentrar nossos esforços e estou falando esforços orçamentários também de recursos no sentido de terminar o que começamos, porque estamos com muita coisa começada sem recursos, obras paradas. Então, nossa solicitação foi que seja transferido para a próxima reunião. É a mesma situação do Item 3 da pauta. Qual é a história do Item 3 da pauta? É a história dos chamamentos, da eventual revalidação ou prorrogação de prazo daqueles chamamentos, principalmente, do primeiro chamamento que ocorreu, que está vencendo agora o prazo, começa a vencer o prazo em dezembro de 2017. O que está acontecendo lá? Para todos os conselheiros entenderem o que está acontecendo com relação a isso, os chamamentos foram feitos, a medida que foi feito o primeiro chamamento, o segundo, o terceiro, o quarto e o quinto, os editais foram evoluindo, foram sendo corrigidos erros que foram eventualmente cometidos nos editais anteriores. Então, não dá para falarmos com uma clareza, não havia condições de colocarmos para os senhores hoje com uma clareza absoluta quais os editais que naturalmente poderão ser prorrogados, automaticamente, vamos chamar assim. E não haveria nenhum tipo de empecilho para fazer isso. E quais editais que, por alguma questão, vão ter que tomar um caminho diferente, seja através de decreto, seja através de lei, seja através de portaria, para permitir ou não, porque dependemos de parecer jurídico, que isso seja prorrogado. Então, como está sendo analisado caso a caso não dá para dar uma resposta assim: todos os chamamentos serão prorrogados por mais dois anos. Então, o que a COHAB está fazendo, está passando pela área jurídica. Não sei se os senhores estão acompanhando a história dos chamamentos, mas é o Dr. Leandro quem está fazendo essa conversa. Tivemos uma reunião com o Presidente da COHAB. E o Dr. Leandro, que é o Jurídico, está dizendo o seguinte: "Não consigo e não é prudente dar uma resposta de que todos serão renovados". Então, eles vão analisar caso a caso e trazemos na próxima reunião essa posição. Não nos estamos furtando a dar informação. Só não conseguimos consolidar os dados. E adicional à questão da simples prorrogação do chamamento, há outra questão, não estou vendo ninguém aqui agora que está ligado lá a algum desses casos, mas existem casos em que os movimentos estão solicitando a transferência do chamamento de um terreno para o outro. Um dos senhores tem lá, da Zona Oeste. Na Zona Oeste há mesmo aquele caso que são quatro entidades no mesmo terreno. É aquele que vai para o Jaraguá, que a solicitação é que seja transferido para o Jaraguá. Então, há casos que já conseguimos, porque existia de fato um motivo lá que foge ao nosso controle, e conseguimos transferir o chamamento de um terreno para outro. Outros casos, o Jurídico havia dado parecer contrário, porque não existe um motivo para pegar o chamamento daqui; teoricamente, teríamos que fazer novo chamamento no terreno e aí não temos como garantir que a mesma entidade ganhe aquele chamamento. Então, essa também é uma discussão que estamos fazendo internamente e traremos as duas posições aos senhores, com relação à solicitação de transferência de terreno e com relação à prorrogação do prazo, assim que a COHAB terminar o parecer jurídico. É só para não dizermos algo e não conseguimos cumprir com o que combinamos com os senhores aqui. É mais ou menos essa preocupação. **Sr. João Bosco** - Terminei de fazer um levantamento coletando dados do IBGE, da Fundação SEADE e do Infocidade, e temos um dado aqui que é preocupante. A Cidade de São Paulo tem 14.33% de idosos acima de 60 anos. No ano que vem serão 15%. Em cima desse mesmo levantamento que terminei de fazer nos 96 distritos, existem distritos que estão chegando a 25% da população idosa acima de 60 anos. Isso é preocupante. E aí o que eu havia comentado na reunião anterior é que isso deveria ser objeto de uma nova discussão para alterar aqueles dados que

existem de 3% e fazer essa mudança. Temos hoje, de maneira geral, uma população que é 14,5%, que no ano que vem chegará aos 15%, e com alguns distritos que já passaram dos 25%, como é o caso da Vila Mariana, do Jardim Paulista, e outros. Não consegui digitalizar, porque foi feito manualmente, mas são dados que temos aqui que são preocupantes. Gostaria que isso fosse discutido, bem avaliado, porque a questão do idoso é extremamente delicada. Ainda, aproveitando o gancho da questão do chamamento, peguei outro material e fiz outro levantamento, apesar de o Secretário Chucre já ter complementado parte da informação. Mas eu estava vendo e temos nos chamamentos 1, 2 e 3, de 2015, e 1 de 2016, 91 empreendimentos divididos em 64 entidades, totalizando aproximadamente 14.500 unidades habitacionais. E aí algumas pessoas dessas entidades com quem eu estive em contato vivem uma situação extremamente preocupante. É o caso da Antônia, da companheira que colocou, que é a condição física do local. Há vários locais que requerem reintegração de posse, há vários locais que requerem desapropriação, há vários locais que têm uma infinidade de questionamentos, do ponto de vista burocrático, do ponto de vista ambiental. E acho que seria interessante convidarmos os detentores desses chamamentos para vermos e ouvirmos se eles deram entrada no tempo hábil, qual a disponibilidade de serem atendidos em um determinado período, porque são 14.500 unidades, 64 entidades e não temos previsão. Em curto prazo, o que temos para dizer para todas essas pessoas? Foi muito bem colocado pelo Secretário Chucre e acho que precisamos que isso seja objeto de pauta e que passemos a discutir isso com muita seriedade, porque é preocupante. Há casos desses chamamentos que não vão ter como dizermos que vai construir, que vai aproveitar, porque não há como. São áreas que dependem de reintegração, desapropriação, um monte de coisas. Muito bem colocado: isso precisa ser discutido. Minha proposta é que convidemos em nome do Conselho todas essas pessoas dessas entidades que são detentoras disso para ouvi-las. Isso seria um caminho. **Sra. Cristina Boggi** - Acho que tem vindo várias vezes a este Conselho a questão do grupo de população em situação de rua. É uma vontade nossa que se detalhe essa questão, porque há o deficiente, o idoso e a pessoa em situação de vulnerabilidade. O que é essa situação de vulnerabilidade? Seria interessante detalhar isso. O que é isso? É área de risco, é população em situação de rua? O que é e por que de fato não aparece de forma concreta nessa demanda? Pensamos em talvez propor uma resolução, alguma coisa que detalhasse essa vulnerabilidade, para, de fato, não ficar essa coisa meio perdida: "Ah, é uma outra coisa que nunca entra". Quem sabe de fato ele entre na produção habitacional. **Sr. Fernando Chucre** – Sr. João Bosco, nos quadros que foram apresentados, se o senhor prestar atenção, a maior parte dos empreendimentos já está com por volta de 14% a 20%, se estou com a memória boa. Pelo que vi nos quadros, a maior parte dos empreendimentos, naturalmente, porque reflete um pouco na população que é atendida, a demanda geral nossa já está com um percentual acima. No caso de pessoas com deficiência, está um pouquinho abaixo e era legal, inclusive, se os senhores puderem, encaminhar esses dois quadros de atendimento nosso, tanto para SMADS quanto para SMDH, só para terem ciência também, se puderem também depois contribuir com alguma coisa. Mas, na prática, já está acontecendo um pouco isso que o senhor está dizendo: os percentuais são grandes e de atendimento especialmente para a questão de idosos. Não vou usar o termo vulnerabilidade. Vamos falar do PopRua diretamente, que acho que é o programa que tivemos oportunidade de, se não me falha a memória, há duas ou três reuniões, conversar um pouco sobre isso. Para essa população especialmente há uma discussão de que a solução não é produção de unidades novas no sentido de concessão inclusive da propriedade. A discussão está sendo focada, nessa gestão, na questão de Locação Social. De fato, o que está acontecendo: o nosso Programa de Locação Social, estávamos aguardando uma Medida Provisória do Governo Federal para regulamentar de cima para baixo essa política nacional de habitação que não existe. Só há no FNHIS, onde há uma caixa que permite financiamento de habitação para Locação Social, especificamente para Locação de rua. E estávamos atentos a isso. Tanto que estávamos atentos a essa questão, que o Ministério fez para nós uma liberação de R\$50 milhões, que estamos aplicando, conjuntamente com a COHAB, em nove edifícios e um terreno. Os nove edifícios e esse terreno serão destinados ao Programa de Locação Social. Inclusive, temos reunião acho que no dia 30. Está vindo a equipe do Ministério das Cidades inteira aqui, à prefeitura, para discutirmos alguns detalhes técnicos dessa operação, porque é um projeto piloto. Não existe no país um projeto, financiado pelo Governo Federal, pelo FNHIS, que atenda a população de rua. Então, nove edifícios para requalificarmos e um terreno, que será construído um empreendimento lá. Isso vai dar 480 unidades habitacionais. Esses empreendimentos serão destinados, majoritariamente, à população de rua, por uma questão do financiamento, da forma que adquirimos o financiamento. Para além dessa questão da população de rua, estamos em um grupo aqui, há meses, que está envolvida a secretaria inteira. Estamos discutindo a questão dos critérios, para especificarmos um pouco mais os critérios de atendimento, porque temos um problema – e chamo problema do ponto de vista da Secretaria de Habitação – que é o excesso de demanda que temos da Defensoria e do Ministério Público, que como não existe uma classificação muito específica, qualquer coisa que acontece, eles mandam para a SEHAB, para Auxílio Aluguel. Em qualquer situação. Situações em que vemos, nitidamente, que não precisaria ter nenhum critério escrito que precisa incluir no Auxílio Aluguel, e há um monte de casos que vemos nitidamente que são casos de assistência social. Casos de outras secretarias, menos de SEHAB. Então, temos um grupo trabalhando nisso e, quando tivermos um produto suficientemente consolidado, traremos ao Conselho para discutir. Já está em nossa pauta, consolidar uma proposta e trazer ao Conselho no dia seguinte. Não terminamos porque é uma discussão, podem imaginar, uma situação bastante complexa, que envolve a questão de direitos e questões relacionadas a outras secretarias. Só para deixar os senhores a par. Mas, estamos caminhando e vamos ter a oportunidade de discutir aqui, no CMH. **Sra. Mariza** - Já havia um grupo no ano passado do Conselho Municipal de Habitação, um GT, para trabalhar com a população de rua, moradores de rua, casos de vulnerabilidade. E, como houve mudança, não conseguimos resgatar esse GT. Seria bom, de repente, quando trouxer esse assunto, nas próximas reuniões, convocar esse grupo para ajudar, porque são temas específicos. Então, para reforçar a questão desse tema e trazer mais propostas concretas, para sabermos de que forma este Conselho pode ajudar. **Sra. Olga** - Fiquei muito feliz de escutar o que pretendem fazer pelo idoso, mas acho que há muita coisa que já deveríamos saber e não sabemos. Primeira vez que vejo bem explanada essa porcentagem de 3%, que para mim não é nada, devido ao número de idosos. Sempre perguntamos onde estão essas listas, para verificarmos. E nunca conseguimos. É a primeira vez que estou vendo a lista.

E tenho aqui dentro da COHAB uma demanda de idosos e também nunca foram chamados. Então, isso é muito preocupante. Agora, quero dizer aos senhores uma coisa bem clara mesmo. Para idoso, para segmento vulnerável, população de rua, mães que são chefes de famílias, mulheres vítimas de violência, têm que realmente ser atendidas através do Locação Social. Não adianta querer dar Minha Casa Minha Vida, por exemplo, para um idoso, que ele vai trabalhar, ele vai pagar e ele não vai aproveitar. E muitas vezes ele não vai nem para quem deixar. Porque os idosos com quem eu trabalho, a maioria não tem família. Eles se desligaram da família. E aí aparecem os problemas que estamos tendo na Vila dos Idosos. O idoso fica doente, não tem aonde ir, e há idosos que precisam sair de lá e não saem porque não têm aonde ir. Trabalhamos com SMADS, com a Saúde, para ter mais instituições de longa permanência e também não temos. Então, acho que os senhores têm que fazer isso muito rapidamente, porque o idoso vem para o movimento com a certeza de que vai ganhar uma moradia para poder ter paz nos últimos dias dele, ter privacidade. E não estão conseguindo, porque a maioria está morrendo e não está conseguindo ter o canto deles. E isso para mim é muito ruim porque tenho trabalhado muito para poder atendê-los e não há como, não há onde atender. Agora, por exemplo, no Olarias, no Parque do Gato, não sei se há toda aquela quantidade de idosos não. Chamou-me a atenção porque, quando foi inaugurado o Parque do Gato, levei para lá vinte e seis idosos. Morreram cinco. Só que os outros não estão lá. Então, fico preocupada com isso: no Olarias, no Parque do Gato, no Asdrúbal, no Senador Feijó, não há os idosos que os senhores estão dizendo, porque procuro saber para poder dizer. Então, eu gostaria de ter essa lista para verificarmos se realmente esses 3% que os senhores estão dando, se estão dando mesmo. E outra coisa: 3% são muito pouco. O mínimo tinha que ser 10% ou 15%. Porque o número de idosos que não têm moradia passa dos noventa e dois mil, porque há uma lista quilométrica, e acho que isso tem que ser visto o mais rápido possível. Obrigada. Gostaria de ser convidada para discutir esse grupo de trabalho que vai trabalhar a Locação Social para idosos, para deficientes, para o segmento vulnerável. **Sra. Nilda** - Fiquei muito preocupada, secretário, ao ver que se tirou uma pauta importante, que tínhamos a intenção de discutir aqui. E a outra questão, o secretário falou do Programa de Locação. É importante que o Conselho participe desse grupo que está discutindo porque vai ser muito ruim para o Conselho se chegar uma proposta pronta. Acho que a Dona Olga tem razão aqui de propor ser convidada para esse grupo. Nós também, do Conselho, queríamos propor que o Conselho também criasse um grupo para acompanhar e propor nesse processo de construção da proposta do Locação. Porque foi uma luta muito grande no Conselho para podermos fazer moradia no centro da cidade. Foi um processo de todos os movimentos, que participaram, que lutaram, que ocuparam imóveis que estavam há anos e anos vazios, nesta cidade, e foi um processo que começou em outras gestões. Não começou agora. Não foi na gestão passada. Não é uma luta e não é um mérito apenas de um governo ou de uma gestão. É um mérito dos movimentos de moradia que fizeram a luta pelo direito à moradia das pessoas de baixa renda que lutaram pelo centro da cidade. É justo que atenda moradora de rua? É óbvio que é justo, mas é justo também, como disse a Dona Olga aqui, que atenda os idosos que não têm uma perspectiva. É justo também que as pessoas que lutaram por esses imóveis no centro também tenham uma perspectiva. E é mais justo ainda que o CMH participe desse processo. Então, acho, secretário, que, se esse grupo que está construindo o processo de Locação trouxer uma proposta pronta para nós, vai haver problema no Conselho. **Sr. Fernando Chucre** – Há várias iniciativas de Locação Social acontecendo ao mesmo tempo. Há um projeto de lei na Câmara dos vereadores, que vai haver audiência pública, se não me falha a memória, segunda-feira. Então, é uma oportunidade de todo mundo participar. E há uma discussão aqui interna, junto com o Ministério das Cidades, para uma MP, também de Locação Social. E é lógico que, para construir política habitacional, no município, temos que entender o que vai vir do Governo Federal. Então, não abrimos a discussão e vamos trazer para audiência, para alguma discussão mais profunda depois, assim que sair a MP do Governo Federal, para podermos entender também as diretrizes que estão sendo colocadas da política nacional para a estadual municipal. É só por isso. Mas, como tudo que temos feito aqui, vai haver espaço. Com tranquilidade, vamos ter espaço de discutir essas políticas no Conselho e em outros fóruns também; não só no Conselho. **Sr. Gilmar** – Passamos ao Item 5 da pauta. **Sra. Ana Maluf** - Boa tarde a todos. Esse item da pauta, que trata da Eleição do CMH 2018. O término do mandato dessa 6ª Gestão do Conselho irá se expirar em 21 de julho de 2018. Há que se formar uma Comissão Eleitoral com a indicação de representantes do Poder Público, da Sociedade Civil e dos Movimentos Populares. Nessa atual forma de montagem dessa Comissão Eleitoral colocamos três representantes de cada segmento nessa Comissão Eleitoral. Foi encaminhado e-mail a todos os conselheiros, para que fizessem suas indicações, com a orientação dada na reunião passada da Comissão Executiva, de que, para que não perdêssemos muito tempo aqui debatendo quem seria indicado ou para que não tivesse que ter muito processo de discussão, cada segmento sentasse com seus pares e fizesse as indicações, porque assim ficaria muito mais fácil. Aí, sairíamos desta reunião com os nomes dos indicados para compor a Comissão Eleitoral e poderíamos ter uma portaria publicada no Diário Oficial, assinada pelo Presidente do Conselho Municipal de Habitação, Fernando Chucre, no dia 31 de outubro de 2017, porque o trabalho, como muitos dos senhores conhecem, é grande. Começa agora, em 7 de novembro, e vai até o término, com a eleição, que acreditamos que venha a ocorrer em 15 de abril. Os Movimentos de Moradia têm dezesseis vagas, dezesseis assentos no Conselho. O segmento da Sociedade Civil tem duas vagas para as universidades; uma vaga para as entidades sindicais dos trabalhadores da construção civil; duas vagas para as centrais sindicais; uma vaga para o conselho de categoria Profissional da área habitacional; duas vagas para entidades profissionais da área habitacional; três vagas para associações ou sindicatos patronais da cadeia produtiva da indústria da construção civil; duas vagas de assessoria técnica na área habitacional; duas para as ONGs; uma do conselho de categoria profissional do Direito, OAB de São Paulo. Foi encaminhada aos senhores uma ficha de inscrição onde ou o conselheiro ou o presidente, representante da entidade, iria fazer a indicação de quem ele gostaria que fizesse parte dessa Comissão Eleitoral, e iríamos receber essas indicações até o dia 20 de outubro. E assim foi feito. As datas previstas para as reuniões da Comissão Eleitoral constam de um cronograma a ser submetido à apreciação da Comissão Eleitoral. Desse cronograma temos reuniões previstas começando no dia 7 de novembro, 14 de novembro, 21 de novembro, 5 de dezembro e 8 de dezembro, que são as datas para essa comissão analisar o edital. Posso dizer aos senhores que a Secretaria Executiva elaborou um pré-edital para ser apreciado por essa Comissão Eleitoral.

Então, os nomeados irão receber em seus e-mails essa minuta desse edital para análise e debate nessas reuniões. Pronto esse edital e batido o martelo na reunião do dia 8 de dezembro, pretendemos publicá-lo no Diário Oficial no dia 13 de dezembro. Aí teríamos um período previsto para fazer as inscrições das chapas que irão se organizar para disputar a eleição, no período de 8 de janeiro a 21 de fevereiro. Por que um período tão grande? Por conta de que muitas pessoas dos movimentos e das entidades da Sociedade Civil estarão de férias. Então, até para se organizarem, demos um período extenso e até com base no que tem acontecido em eleições anteriores. Durante esse período seria entregue o cadastramento das entidades que desejam participar desse processo eleitoral. No dia 23, 27 de fevereiro, 1º de março e 5 de março, iriam ser analisados todos os processos dos candidatos à eleição. Na eleição passada, tivemos 72 (setenta e dois) processos para serem analisados, sessenta e poucos dos movimentos populares e o restante da Sociedade Civil. É muito material para ser analisado nesse cadastramento. Teríamos a publicação da homologação dessas candidaturas no dia 7 de março. Se houver algum recurso contra a publicação desse resultado dos candidatos teríamos reunião no dia 13 de março e publicaríamos a lista definitiva das candidaturas no dia 15 de março de 2018. Aí teríamos outra reunião para homologar, porque vamos pedir os fiscais de cada chapa, no dia 27 de março. E publicaríamos essa lista dos fiscais que vão participar fiscalizando as eleições nos pontos de votação no dia 29 de março no Diário Oficial. Estimamos que a eleição aconteça no dia 15 de abril e que, no dia 17 de abril, esteja reunida a Comissão Eleitoral para homologar o resultado da eleição. Fariamos a publicação no Diário Oficial no dia 19. Teríamos uma reunião para análise dos recursos da eleição no dia 25 de abril. Seria um total de 14 reuniões, incluindo o dia da eleição, as datas e os tipos de reuniões realizadas, para análise do edital, do cadastramento, dos possíveis recursos, homologação, a eleição propriamente dita, a homologação da eleição, e análise de possíveis recursos, um total de 14 necessidades de presença da Comissão Eleitoral aqui, além de se eventualmente for necessária alguma reunião extraordinária. Aqui temos a lista de conselheiros que já têm dois mandatos consecutivos e não poderão ser candidatos na próxima eleição. Então, esses nomes não poderão entrar como conselheiros por terem dois mandatos consecutivos. São vinte e seis pessoas. Essa lista também funciona para análise da Comissão Eleitoral na hora do cadastramento de quem são os indicados pelas entidades. Aqui temos, Gilmar, os nomes das pessoas que foram indicadas pelos Movimentos Populares, pela Sociedade Civil e pelo Poder Público para participar dessa Comissão Eleitoral. Como disse, só poderíamos ter três nomes em cada segmento. Nos Movimentos Populares, então, quem cumpriu o que ficou acordado na reunião da Comissão Executiva realizada é o nome do Antônio Pedro de Souza, que foi indicado pelo MUHAB. O MUHAB é uma das chapas que compõe o Conselho. Aí temos a Chapa Moradia e Reforma Urbana, com a Edinalva, Chapa 101, mas também temos o José de Anchieta Rocha Júnior, fazendo parte também de uma indicação independente da chapa, que foi Associação Jardim Ipanema que indicou o nome do José de Anchieta Rocha Júnior. Então, Edinalva e José de Anchieta Rocha Júnior, como havíamos colocado na última reunião, teriam que ter uma conversa com as entidades e tirarem qual dos nomes é que ficará na comissão. E o Movimento Popular 100% Compromisso, integrado por quatro entidades, que indicaram, em conjunto, o Antônio Santiago Quintana. Na Sociedade Civil, tivemos uma indicação feita pelo SINDUSCON e pelo SECOVI, da Rosilene. A APEMEC, que fazia parte desse segmento, fez a indicação de Flávio Niel. Aqui também temos duas pessoas e tem que haver um consenso de qual nome permaneça. E o Centro Gaspar Garcia indicando o Benedito Roberto Barbosa. O SCIESP, Wellington Sendas. No Poder Público, o Gilmar Souza Santos, o meu nome e mais um nome, que ainda está sob a apreciação do Poder Público, do secretário. Aqui temos a minuta da portaria constituindo a Comissão Eleitoral, onde assinamos que há nomes a mais, que teríamos que resolver. **Sr. Marco Florenzano** – Indiquei o Flávio Niel, pela APEMEC, porque ele tem participado ativamente de todas as comissões, desde o início. Porém, como este ano houve alguma mudança na regra – inclusive, ele e a Rosilene já participaram juntos diversas vezes – então, chegamos a um consenso de abrir mão da candidatura do Flávio este ano. Quem sabe na próxima gestão ele faça parte. Ele apresentou muitas contribuições em todas as vezes que participou. Como temos um consenso entre as entidades, o SINDUSCON, o SECOVI e a APEMEC, estou abrindo mão da candidatura dele. **Sra. Antônia** - Estamos com um impasse do José de Anchieta Rocha Júnior e a Edinalva. Contudo, a Edinalva foi aclamada pela Chapa 101 primeiro que o José. Então, já conversamos aqui e permanece a Edinalva dentro do processo porque foi uma escolha do grupo, da Chapa 101. **Sra. Mariza** - Havíamos feito uma reunião antes. Depois ficamos sabendo que aí havia uma companheira que indicou o José de Anchieta, mas na nossa chapa havíamos dialogado que iríamos permanecer com o nome da Edinalva. É uma pena que só podemos indicar titulares. Se fossem suplentes, também indicaríamos outros nomes. **Sr. Gilmar** - Então, Edinalva fica instituída como membro da Comissão Eleitoral para o CMH. Só há então a questão do Rogério, que vamos trocar, porque o Rogério é nosso procurador-chefe responsável de SEHAB e qualquer tipo de problema jurídico tem que ser remetido a ele. Então, tomamos o cuidado de não colocá-lo na comissão. Sendo ele uma instância para apreciar pareceres, não seria viável ele estar na Comissão Eleitoral. Depois o secretário, vamos definir quem é a pessoa. Do Poder Público, sou eu, a Ana Maluf e vamos definir o próximo membro da Comissão Eleitoral. **Sr. Manoel** - Não faço parte da Comissão Eleitoral, mas é uma preocupação minha colocar que a eleição seja feita nas 32 subprefeituras da Cidade de São Paulo. **Sra. Ana Maluf** - Nessa minuta do edital, Sr. Manoel, também me preocupei em ser nas 32 subprefeituras. Na minuta está dessa forma. Vai ser colocado para a comissão, mas é o mais sensato. **Sr. Gilmar** - Na verdade, o local de discussão será a Comissão Eleitoral. É importante que todos os movimentos estejam alinhados, os membros do Conselho, obviamente, para que os seus representantes tragam essas ideias, essas deliberações, para dentro dessa comissão. Obviamente, temos que fazer uma eleição muito bem pulverizada. A ideia é de ser nas prefeituras regionais. Claro que temos que alinhar a questão de orçamento, a data, as prefeituras regionais. A ideia é que isso seja feito realmente em todas as prefeituras regionais. Já colocamos um orçamento para essa eleição, com muita transparência. Vamos colocar em jornal de grande circulação. Vamos realmente divulgar a respeito desse pleito que é muito importante para a democracia, para a Cidade de São Paulo. É importante, mas, a partir de então, não discutimos mais esse assunto aqui, na reunião do Conselho. Apenas, na Comissão Eleitoral. E, depois de tudo resolvido, edital, tudo planejado, trazemos para mostrar para os senhores e senhoras. (Encerra-se a reunião).